Ano XI - Nº 4.618

Terça-feira, 6 de Outubro de 2015

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

DIÁRIO OFICIAL DO LEGISLATIVO

Câmara Municipal comemora o Dia dos Animais

Iniciativa para realizar a sessão especial foi da vereadora Ana Rita Tavares

Fotos: Valdemiro Lopes



O debate sobre os direitos dos animais ocorreu a partir da tese defendida pela juíza Ana Conceição Barbuda em seu livro "A Proteção aos Animais e o Direito". Ela citou, entre outros casos que exemplificam a mudança de paradigma em favor dos animais, o habeas corpus impetrado em favor da chimpanzé Suíça, do zoo de Salvador, e a ação civil pública proposta, em 2010, pelo Ministério Público, ONGs Terra Verde Viva e Célula Mãe, contra o Circo Portugal. A sentença libertou animais submetidos a rotinas de crueldade. **Leia mais na página 3**



CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

Criado pela Lei 4.429 de 19 de novembro de 1991

Presidente:
Paulo Câmara
paulocamara@cms.ba.gov.br

1º Vice-Presidente:
Geraldo Júnior
geraldojunior@cms.ba.gov.br

2º Vice-Presidente:
Claudio Tinoco
claudiotinoco@cms.ba.gov.br

3º Vice-Presidente:
Isnard de Araújo
isnardaraujo@cms.ba.gov.br

1º Secretário:
Kiki Bispo
kikibispo@cms.ba.gov.br

2º Secretário:
Orlando Palhinha
palhinha@cms.ba.gov.br

3º Secretário:
Alfredo Mangueira
alfredomangueira@cms.ba.gov.br

4º Secretário:
J. Carlos Filho
jcarlosfilho@cms.ba.gov.br

Corregedor-Geral:
Edvaldo Brito
edvaldobrito@cms.ba.gov.br

Ouvidor-Geral:
Henrique Carballal
henriquecarballal@cms.ba.gov.br

Ouvidora-Substituta:
Cátia Rodrigues
catiarodrigues@cms.ba.gov.br

Secretaria de Comunicação

Secretária-Chefe
Ana Cristina Barreto
ana.farias@cms.ba.gov.br

(71) 3320-0205
(71) 3320-0304
www.cms.ba.gov.br
imprensacms@cms.ba.gov.br
imprensacms@gmail.com

Siga a CMS no twitter!
www.twitter.com/camarasalvador

TV Câmara Salvador Canal 10 do Sim TV
Câmara Municipal de Salvador Praça Municipal - CEP 40020-010
Salvador – Bahia – Brasil

ISO 9001
BUREAU VERITAS Certification

Duda Sanches se filia ao DEM

Ingresso do vereador no Democratas movimentou o Centro de Cultura da Câmara

Fotos: Valdemiro Lopes



Dentro da movimentação de filiação e desfiliação partidária na Câmara Municipal de Salvador, o vereador Duda Sanches se desligou do Partido Social Democrático (PSD) e assinou filiação ao Democratas (DEM), em solenidade no Centro de Cultura da Câmara, na noite de sexta-feira (2).

O concorrido ato de ingresso do vereador Duda Sanches ao DEM contou com as presenças do prefeito ACM Neto, dos deputados estaduais Alan Sanches (PSD), Sandro Régis (DEM) e Marcell Moraes (PV), do deputado federal Paulo Azi (DEM), do secretário municipal da Fazenda, ex-governador Paulo Souto, dos vereadores Pedrinho Pepê (PMDB), Leandro Guerrilha (PSL) e Leo Prates (DEM), de secretários municipais, de lideranças comunitárias, dentre outros.



Foto: Reginaldo Ipê



Ana Rita e Sabá

Foto: Reginaldo Ipê



Também trocaram de agremiação partidária a vereadora Ana Rita Tavares e o vereador Sabá. Ana Rita se filiou ao Partido da Mulher Brasileira (PMB), deixando o Partido Ecológico Nacional (PEN). O vereador Sabá deixou o Partido Republicano Brasileiro (PRB) e ingressou no Partido Verde (PV).

Animais como sujeito de direitos

Tema foi debatido em sessão especial da Câmara, presidida pela vereadora Ana Rita Tavares

Reivindicar a condição dos animais como sujeitos de direito, substituindo a ideia de que os interesses desses seres se subordinam aos dos humanos. Essa perspectiva vem ganhando corpo nos meios jurídicos e foi o foco da sessão especial promovida na noite de sexta-feira (2), na Câmara Municipal de Salvador, pela passagem do Dia dos Animais (4 de outubro), por iniciativa da vereadora e ativista da causa animal Ana Rita Tavares (PMB).

Fotos: Valdemiro Lopes



Vereadora Ana Rita presidiu sessão pelo Dia dos Animais

O tema foi debatido a partir da tese defendida pela juíza Ana Conceição Barbuda em seu livro "A Proteção aos Animais e o Direito". Ela citou, entre outros casos que exemplificam a mudança de paradigma em favor dos animais, o habeas corpus impetrado em favor da chimpanzé Suíça, do zoo de Salvador, e a ação civil pública proposta, em 2010, pelo Ministério Público, ONGs Terra Verde Viva e Célula Mãe, contra o Circo Portugal. A sentença libertou animais submetidos a rotinas de crueldade.



Jurisprudência

"O direito animal já é uma ciência consolidada. Nasceu quase como uma extensão do direito ambiental, mas já vem sendo tratada de forma independente", ressaltou Ana Conceição Barbuda. Segundo ela, uma estudiosa do assunto há cerca de cinco anos, "os animais não humanos também devem ser vistos como sujeitos de direito e vários casos em todo o mundo já formam jurisprudência sobre esse ramo do direito".

Defendendo o respeito aos animais tanto no plano humanitário quanto no constitucional, Ana Rita Tavares afirmou que são seres que têm sentimentos. E pregou o fim da supremacia do homem sobre as demais espécies. Emocionada, a vereadora relembrou a importância da juíza Ana Conceição Barbuda para os avanços conquistados no ramo do direito animal em Salvador, tendo como ponto de partida o episódio do Circo Portugal, quando atuou como advogada.

Compuseram a Mesa do evento, ao lado da vereadora Ana Rita e da juíza Ana Barbuda, a vice-prefeita Célia Sacramento; o presidente da Uimais, Carlos Ferrer; o presidente da ONG Terra Verde Viva, Alexandre Diering; o presidente da Associação Democrática dos Agentes Comunitários de Saúde e Combate a Endemias (Ademacen), Fabrízio Oliveira; do vereador João Contador, de Simões Filho; da presidente da ONG Patas de Luz, Elza Sanches; e da representante das protetoras independentes de Salvador, Ieda Reis. No início da sessão foi exibido um vídeo documentando avanços da luta pela causa animal e o envolvimento de Ana Rita Tavares em vários casos de resgate.

Caso Sandra - Um caso emblemático dessa mudança de visão jurídica, reconhecendo o direito dos animais, citado tanto pela juíza quanto pela vereadora na sessão, foi o da orangotango Sandra, de 29 anos, ocorrido recentemente em um zoológico de Buenos Aires, na Argentina, com repercussão internacional. Por força de habeas corpus, os juízes decidiram libertá-la do confinamento e transferi-la para um espaço aberto.



Aladilce alerta para a prevenção do câncer de mama

Vereadora participou de caminhada no sábado (3), no Dique do Tororó

Fotos: Assessoria da vereadora







Caminhada contra obesidade e câncer de mama

A presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara Municipal de Salvador, vereadora Aladilce Souza (PCdo B), participou da VIII Caminhada "A Obesidade e o Câncer de mama caminham juntos", no sábado (3). A ação promovida pelo Núcleo Assistencial para Pessoas com Câncer (Naspec) e pelo Movimento contra a Obesidade foi realizada no Dique do Tororó e integra a campanha de mobilização nacional do Outubro Rosa.

Aladilce destacou a importância do diagnóstico precoce e do acesso da população aos serviços públicos para o tratamento eficaz das doenças. "São doenças que podem ser controladas. 90% dos casos de câncer tem cura quando há diagnóstico precoce e tratamento adequado. No Brasil, são seis milhões de óbitos por ano causados pelo câncer de mama, por isso essa mobilização social é fundamental", afirmou.

O evento contou com o apoio da Polícia Militar e do Núcleo de Tratamento e Cirurgia da Obesidade (NTCO) e reuniu centenas de pessoas para chamar atenção para a prevenção da obesidade, um dos fatores de risco para o câncer de mama. A atividade também ofereceu orientações de educação para a saúde, controle da pressão arterial e atividade física orientada por profissionais de Educação Física.

Sessão especial

No próximo dia 15, às 9h, no Plenário Cosme de Farias da Câmara, a vereadora Aladilce Souza chamará mais uma vez a atenção para a causa ao requerer a sessão especial intitulada "Câncer de Mama: diagnóstico precoce e tratamento". A atividade será em parceria com o Naspec.

Segundo o Ministério da Saúde, o câncer de mama é o segundo tipo mais comum no mundo, sendo o mais frequente entre as mulheres, podendo ocorrer nos homens, correspondendo apenas a 1% de todos os casos. A cada ano a doença cresce, ocorrendo 22% novos casos em mulheres, segundo o Instituto Nacional do Câncer (Inca). Dentre os fatores de risco estão a idade tardia da menopausa, o consumo excessivo de bebidas alcoólicas e a obesidade.

Tinoco repudia cobrança de taxa no terminal de Madre de Deus

"Vamos entrar nesse luta e não aceitaremos que os moradores de Salvador e das ilhas tenham que pagar", diz o vereador

O vereador Claudio Tinoco (DEM) repudia a cobrança de taxa pelo uso do terminal marítimo de Madre de Deus. Desde quinta-feira (1°), o equipamento passaria a ser administrado, por concessão, pela Sinart e uma taxa de embarque no valor de R$ 0,60 seria cobrada dos passageiros e R$ 1,00 para atracação de embarcações. No entanto, a Prefeitura de Madre de Deus resolveu suspender, temporariamente, a cobrança.

"Esse terminal de Madre de Deus não atende somente moradores de lá, mas, principalmente, das ilhas pertencentes a Salvador, como Bom Jesus dos Passos e Frades/Paramana. São estudantes, trabalhadores e idosos que usam esse terminal diariamente", reclama Tinoco.

O vereador defende a isenção do uso do terminal, que por estar instalado na Baía de Todos-os-Santos deve ter um caráter de uso comum por todos os municípios que o circundam. Ainda segundo Tinoco, o equipamento tem movimento predominantemente intermunicipal e deveria, inclusive, ser de responsabilidade da Agerba, que tem finalidade de regular e fiscalizar todos os terminais no Estado.

"É um absurdo. Os moradores afirmam que não houve consulta à população, firmando esse contrato sem realizar ao menos uma audiência pública. Defendemos a taxa livre para os moradores das ilhas, assim como ocorreu com os moradores do entorno da praça de pedágio da Estrada do Coco. Vamos entrar nesse luta e não aceitaremos que os moradores de Salvador e das ilhas tenham que pagar para o uso de um terminal que é seu único ponto de chegada e saída do continente. Estou acionando a Associação de Moradores de Paramana, a todos os amigos de Bom Jesus dos Passos e vamos fazer uma grande mobilização", alerta.

Foto: Reginaldo Ipê



Vereador Tinoco

Vânia Galvão se solidariza com artistas agredidos

Vereadora pede retratação pública da Prefeitura Municipal de Salvador

A presidente da Comissão de Reparação da Câmara, vereadora Vânia Galvão (PT), lamentou uma ação da Guarda Municipal contra alguns artistas, na Ladeira da Preguiça, Centro Histórico de Salvador, na tarde de sexta-feira (2). A líder do PT no Legislativo Municipal defende uma retratação pública da Prefeitura de Salvador aos artistas agredidos e humilhados.

"Temos que combater e coibir estas ações que atentam contra a dignidade humana. Não podemos admitir que métodos arcaicos continuem sendo utilizados em nossa cidade. Não existem razões para isso, nada justifica a violação da cidadania de ninguém", disse indignada a vereadora.

Para Vânia Galvão, o método utilizado "é uma marca da prefeitura", como, acrescenta, ocorreu com a derrubada da favelinha da Pituba. "Não podemos admitir estas atitudes de agentes que têm como função principal proteger o patrimônio público; e o maior patrimônio de uma cidade é o cidadão", frisou.

Confusão

De acordo com a vereadora, os artistas Júlio Costa, responsável pelo Museu de Street Art Salvador (Musas) e Marcelo Teles, líder comunitário, atuam no projeto "Que Ladeira é Essa?", desenvolvendo ações sociais no local. Os ativistas, conforme Vânia, foram agredidos quando tentavam conversar com agentes da Secretaria Municipal de Urbanismo (Sucom) sobre a demolição de um muro no local.

A Sucom considerou a construção do muro irregular. Os moradores tentavam explicar que foi necessária a edificação para conter possíveis desabamentos no período chuvoso, visto que três imóveis já tinham desmoronado no local.

Fotos: Reginaldo Ipê



Vereadora repudia ação da Guarda Municipal



Vereador Suíca defende artistas

Suíca também condena ação na Ladeira da Preguiça

Vereador acredita em diálogo como forma de evitar conflitos

O vereador Luiz Carlos Suíca (PT), líder da oposição na Câmara de Salvador, também condenou a agressão sofrida por artistas e integrantes do movimento "Que Ladeira é Essa?", na última sexta-feira (2), por integrantes da Guarda Municipal.

O vereador considerou a ação excessiva e agressiva. A atuação da Guarda Municipal estava inserida em uma operação da Secretaria Municipal de Urbanismo (Sucom) para derrubar edificações na Ladeira da Preguiça.

Para Suíca, dois fatores devem ser considerados: "Primeiro é inevitável reconhecer que o atual comando da Guarda Municipal, que é dirigido por um coronel da Polícia Militar, não prioriza o real propósito desta instituição que é o policiamento comunitário".

Acrescenta, como segundo fator, que, em alguns casos, "esses profissionais querem repetir práticas violentas e têm feito isso contra movimentos sociais e trabalhadores informais em várias partes da cidade".

Revitalização

No seu entendimento, a gestão municipal deve priorizar a revitalização dessas áreas centrais que estão sendo derrubadas. "Por que não fazer operações de remoção de ocupações ilegais de alto luxo como nas bordas do Parque de Pituaçu? Áreas que privilegiam atuais ou futuros aliados, em determinados bairros, não são alvos de derrubadas e as obras continuam a todo o vapor, como é o caso de Pernambués", questionou.

Para prevenir ações de conflito, propõe que o poder público privilegie o diálogo e favoreça a cultura e ações de rua em várias áreas. "O poder público pode dialogar melhor com as partes interessadas, assim como pode fazer concessões, que podem ser de várias formas como a criação de centros de cultura e arte popular, onde os próprios interessados opinem sobre a política pública e promovam cidadania nas comunidades", completou.

Foto: Antonello Veneri



CÂMARA MUNICIPAL

56ª SESSÃO ORDINÁRIA
3º PERÍODO LEGISLATIVO
17ª LEGISLATURA
REALIZAÇÃO: 7 DE OUTUBRO DE 2015 – 14h30min.

Leitura, Discussão, Votação da Ata (2º secretário)
Leitura do Expediente (1º secretário)

ATA

53ª SESSÃO ORDINÁRIA DO 3º PERÍODO LEGISLATIVO DA 17ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR, REALIZADA NO DIA 23 DE SETEMBRO DE 2015.

PRESIDENTE: VEREADOR ISNARD ARAÚJO
1º SECRETÁRIO: VEREADOR ORLANDO PALHINHA (em exercício)
2º SECRETÁRIO: VEREADOR ARNANDO LESSA (*ad hoc*)

Compareceram os Senhores vereadores ALADILCE SOUZA, ALBERTO BRAGA, ALEMÃO, ALFREDO MANGUEIRA, ANA RITA TAVARES, ANTÔNIO MÁRIO, ARNANDO LESSA, ATANÁZIO JÚLIO, BECA, CARLOS MUNIZ, CÁTIA RODRIGUES, CLAUDIO TINOCO, DUDA SANCHES, EDVALDO BRITO, ELIEL, EUVALDO JORGE, EVERALDO AUGUSTO, GERALDO JÚNIOR, HILTON COELHO, ISNARD ARAÚJO, JOCEVAL RODRIGUES, J. CARLOS FILHO, JOSÉ TRINDADE, KÁTIA ALVES, KIKI BISPO, LEANDRO GUERRILHA, LÉO PRATES, LUIZ CARLOS DE SOUZA, LUIZ CARLOS SUICA, MOISÉS ROCHA, ODIOSVALDO VIGAS, ORLANDO PALHINHA, PAULO CÂMARA, PAULO MAGALHÃES JÚNIOR, PEDRINHO PEPÊ, SABÁ, SÍLVIO HUMBERTO, TOINHO CAROLINO, VADO MALASSOMBRADO, VÂNIA GALVÃO e WALDIR PIRES. Havendo número legal, o Senhor presidente declarou aberta a Sessão, anunciando a leitura e discussão da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem restrição. Em seguida, foi realizada a leitura do Expediente, que constou do seguinte: Ofício n. 105/15 do Gabinete do Prefeito encaminhando os autógrafos dos Projetos de Lei n.s 93/13, 03 e 26/15, os quais, sancionados, constituíram-se nas Leis n.s 8.910 a 8.912/15; Comunicação Interna n. 58/15 do Gabinete da Presidência da Câmara encaminhando ofícios da Secretaria Particular do Governador; Projetos de Lei n.s 320/15 do vereador Isnard Araújo, 321/15 do vereador Leandro Guerrilha, 322/15 do vereador Toinho Carolino, e 323 e 324/15 do vereador Vado Malassombrado; Projeto de Indicação n. 435/15 do vereador Euvaldo Jorge; e Moção n. 44/15 do vereador Everaldo Augusto. Terminada a leitura do Expediente, foi solicitada verificação de *quorum*, tendo sido observada a presença de 23 vereadores. O Senhor presidente Paulo Câmara então explicou que seriam votados os Títulos IX a XI do novo Regimento Interno (RI) e o Projeto de Emenda à Lei Orgânica do Município (LOM) em pauta, ao que consultou as lideranças, que concordaram. Em seguida, foi votada e aprovada a licença da vereadora Ana Rita Tavares para o dia 21 de setembro. Passando-se à **Ordem do Dia**, foi apreciado o Projeto de Resolução n. 58/15, que recebeu Parecer em Plenário da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização, pela aprovação. Em 3ª discussão, foi apreciada Emenda, com Parecer em Plenário da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), favorável, havendo o vereador Alfredo Mangueira, membro dessa Comissão, pedido ao seu presidente, vereador Léo Prates, que evitasse o precedente de emitir Parecer em Plenário, para evitar tumulto procedimental. Após discussão, o Projeto de Resolução n. 58/15 foi votado e aprovado até a Redação Final, com sua Emenda. Em apreciação, o Projeto de Emenda à LOM n. 06/15 recebeu Parecer favorável, em Plenário, da Comissão de Finanças, tendo, em seguida, o referido Projeto sido discutido, votado e aprovado, em 1º turno. Em apreciação o Projeto de Lei n. 264/15, também foi dado Parecer em Plenário pela Comissão de Finanças, favorável, com os votos contrários dos vereadores Sílvio Humberto, que defendeu o recebimento, pelos vereadores, do Diário Oficial impresso, e Aladilce Souza, que se associou, levantando a possibilidade de falha nos equipamentos eletrônicos. Em seguida, o Projeto de Lei n. 264/15 foi discutido, votado e aprovado até a Redação Final. Em apreciação, o Requerimento n. 195/15 foi discutido, votado e aprovado. Pela ordem, o vereador Geraldo Júnior registrou a presença de vereador da Câmara Municipal de Vera Cruz, o qual foi saudado pelo Senhor presidente. Nos **Registros**, ocupou inicialmente a Tribuna a vereadora Cátia Rodrigues, que comentou sobre o seu Projeto de Indicação para a criação de um monumento em homenagem à Bíblia no Dique do Tororó. Explicou não haver a intenção de se conflitar com as imagens de orixás existentes naquele local, o qual observou ser amplo, possibilitando a existência de imagens religiosas diferentes, cada qual em um ponto, e disse que a Bíblia, livro mais lido no mundo, representa a crença de milhões de brasileiros. Em comunicação inadiável, o vereador Edvaldo Brito esclareceu que os orixás não são imagens religiosas, pois o Candomblé não cultua imagens, mas sim, símbolos da natureza. Explicou que os orixás no Dique do Tororó são obras de arte da autoria de Tati Moreno, cujo valor é cultural, e não, religioso. Em comunicação inadiável, a vereadora Kátia Alves convidou para audiência pública no dia 29, no auditório do Bahia Center, sobre seu Projeto para a colocação de dispositivo em caixas eletrônicos que impedem sua explosão. O vereador Arnando Lessa expôs denúncia sobre a gerente da Unidade de Saúde da Família de Saramandaia. Leu documento no qual se explicava que a gestora vinha impondo aos subordinados que concedessem a ela empréstimos no valor de 600 reais, sob ameaça de demissão. O documento lido dizia ainda que a gestora alegava ter prestígio junto às autoridades, a fim de gerar intimidação em suas vítimas. Pela ordem, o vereador Duda Sanches manifestou sua surpresa com a denúncia e sua certeza de que o secretário da Saúde desconhecia os fatos. Foi votada e aprovada a licença do vereador Odiosvaldo Vigas para os dias 21 e 22 de setembro. O vereador Claudio Tinoco comentou sobre a audiência pública que discutiu o Projeto de Lei n. 266/14, que regulamenta a atividade de *stand up paddle* (SUP). Contou que, caso não houvesse acolhimento, retiraria o Projeto de tramitação, mas que a audiência demonstrou que sua intenção foi bem-sucedida, pois participaram do evento representantes do Conselho de Educação Física, da Marinha e a atleta baiana praticante da modalidade, Bárbara Brazil. Avaliou que a regulamentação pode vir a alçar Salvador como a capital do SUP e lembrou que muitos jovens vêm praticando o esporte, que pode vir a trazer ganhos econômicos e sociais à cidade. O vereador Luiz Carlos Suica registrou a vinda, a Salvador, da ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), Nilma Lino Gomes. Registrou ainda sua participação em agenda com vereadores ligados ao movimento negro e com o governador Rui Costa, e comentou sobre a orientação da ONU para a criação de mais políticas afirmativas para combater o racismo. Contou terem recebido a ministra no Terreiro Bate Folha e com ela ido à sede do Olodum e, também, ao Terreiro Ilê Axé Opó Afonjá, local com o qual ela ficou encantada, por lá haver escola e biblioteca onde é ensinado o respeito a todas as religiões. Por fim, pediu que os cortes nos Ministérios não atinjam essa Pasta, desejando que ela não seja extinta, mas, fortalecida. Pela ordem, o vereador Everaldo Augusto, lembrando que no dia seguinte, às 15h, ocorreria a reunião da CCJ e da Comissão de Finanças com o secretário Alexandre Paupério, questionou se o encontro seria aberto a todos os edis e à impressa, e se ocorreria no Plenário. O Senhor presidente informou que o momento seguiria o rito das reuniões de Comissões e o vereador Joceval Rodrigues explicou que se tratava de uma reunião da CCJ e ocorreria no Salão Nobre. Pela ordem, a vereadora Aladilce Souza pediu que o horário fosse confirmado e que a reunião acontecesse no Plenário. O Senhor presidente disse que as condições já estavam definidas, seguindo-se o rito das reuniões da CCJ. Pela ordem, a vereadora Aladilce Souza considerou que o assunto dizia respeito mais à Comissão de Finanças que à CCJ, tendo o Senhor presidente respondido que a vereadora participara da reunião do Colégio de Líderes, na qual tudo fora decidido. Pela ordem, o vereador Duda Sanches contou ter contatado o secretário de Saúde, José Antônio Rodrigues Alves, que o informou que a servidora mencionada na denúncia trazida pelo vereador Arnando Lessa não era uma indicação sua e já tinha sido exonerada. Pela ordem, o vereador Paulo Magalhães Júnior esclareceu que o convite ao secretário Alexandre Paupério foi uma iniciativa sua e que ele aceitou por não dever coisa alguma. Disse, porém, que se a pretensão fosse estender o encontro para outras Comissões, que falaria com o secretário para não mais vir e aguardar convocação. Pela ordem, o vereador Geraldo Júnior associou-se ao vereador Paulo Magalhães Júnior e ressaltou o cuidado para não se condenar sem julgamento, lembrando que o vereador Arnando Lessa já havia narrado situação em que foi alvo de denúncia injusta. Pela ordem, o vereador Claudio Tinoco concordou com os que o antecederam e disse que, como presidente da Comissão de Finanças, não via problema em a CCJ absorver a recepção ao secretário Paupério. Lembrou que outros dois secretários viriam à Casa na semana seguinte, para audiências públicas, e disse que, se o encontro com o secretário Paupério não fosse realizado no Salão Nobre, não deveria acontecer. Pela ordem, a vereadora Kátia Alves disse ter sofrido "linchamento moral" em 2003, o que a faz saber que não se deve julgar antecipadamente uma pessoa, e concordou com o vereador Claudio Tinoco quanto à CCJ receber o secretário. Pela ordem, o vereador Kiki Bispo também concordou com os que o antecederam e considerou que a reunião com o secretário se daria em alto nível. Pela ordem, o vereador Moisés Rocha pediu que se registrasse bem o teor das falas nesta Sessão para que, em situação futura na qual a Oposição figurasse como alvo de problemas semelhantes, fosse observado se também haveria preocupação dos governistas com julgamento antecipado. Retomando os Registros, a vereadora Vânia Galvão reiterou que não era a Oposição que acusava o secretário Paupério – mas sim, o Ministério Público (MP) –, e explicou que pediam o seu afastamento para que houvesse isenção em seu julgamento. Em seguida, contou que o MP recomendou à Prefeitura a suspensão das eleições para o Conselho Tutelar, previstas para outubro, em vista de várias irregularidades encontradas no processo eleitoral. Por fim, agradeceu aos pares o acolhimento à Emenda à LOM de sua autoria, destacando a importância e o consequente prestígio social dos Bombeiros, que se mostra inverso ao dos partidos políticos. Foi votada e aprovada a licença do vereador Leandro Guerrilha para o dia 22 de setembro. O vereador Antônio Mário registrou os 85 anos da Igreja Evangélica Assembleia de Deus em Salvador (Adesal), comemorado no dia 19 de setembro com evento que contou com a participação de autoridades e de um grande número de fiéis. Solicitou apoio para realizar uma Sessão Especial em homenagem ao aniversário da Igreja e, por fim, declarou-se contra o julgamento antecipado do secretário Paupério, mencionando incidente em que fora acusado injustamente. A vereadora Aladilce Souza considerou que estranho seria se a casa ficasse silente ante as denúncias ao secretário. Reiterou que não foi a Oposição quem fez as denúncias e considerou que não estão a fazer julgamento antecipado, mas, apenas, pedindo que a Casa acompanhe a situação. Considerou boa a vinda do secretário à Casa, mas afirmou que seria mais adequado que a reunião ocorresse no âmbito da Comissão de Finanças e não, da CCJ, a qual considerou ter se tornado uma "supercomissão". Ainda sobre o assunto, desejou que todos os vereadores tivessem acesso à reunião com o secretário. Em seguida, dirigiu-se ao vereador Duda Sanches, afirmando que a denúncia trazida pelo vereador Arnando Lessa era muito grave, tratando-se de extorsão, e defendendo que os servidores fossem ressarcidos no seu prejuízo. Disse ser testemunha de vários casos de perseguição dentro da Secretaria de Saúde e considerou se tratar de um caso de polícia. Pela ordem, o vereador Paulo Magalhães pediu que, diante da celeuma criada em torno da vinda do secretário Puapério, a Comissão apropriada o convocasse. Pela ordem, o vereador Duda Sanches ponderou não se dever colocar empecilhos na vinda do secretário. Em seguida, considerou mesmo se tratar de um crime o ocorrido na unidade de saúde de Saramandaia, mencionando a imensa estrutura da Prefeitura e reforçando a exoneração da servidora já ocorrida. Pela ordem, o vereador Joceval Rodrigues considerou que a CCJ é a comissão primaz da Casa, e não uma "supercomissão", e lembrou que foi nela onde se deu o acordo para a vinda espontânea do secretário Paupério. Pela ordem, o vereador Kiki Bispo associou-se às dúvidas da vereadora Aladilce Souza sobre a forma como seria recebido o secretário e opinou que fosse seguido o RI, o qual prevê a possibilidade de convocação. Pela ordem, a vereadora Aladilce Souza esclareceu que não quis criar celeuma e considerou que o secretário poderia ser recebido por qualquer Comissão. O vereador Claudio Tinoco declarou-se confuso com a situação criada, lembrando que, originalmente, não se falara em convocação ou RI, tendo sido a visita do secretário informada com clareza, e disse que, daquele modo, não participaria do encontro. O vereador Everaldo Augusto lembrou que o secretário Paupério havia decidido vir à Casa e comunicou essa decisão, e que a ideia de o encontro acontecer através da CCJ partiu do vereador Léo Prates, o que entende ser legítimo. Sugeriu que, caso não quisessem a sua vinda, que pedissem isso a ele, e considerou que, com ou sem sua visita, os fatos continuariam como são, razão pela qual a Oposição estava tranquila. Disse que, se ele viesse pela CCJ, as prioridades de participação entre os edis seriam respeitadas, e concluiu opinando que, se ele renunciasse, evitaria toda essa questão. O vereador Pedrinho Pepê pediu ajuda para um fisiculturista baiano que tenta participar do campeonato mundial da modalidade esportiva e expôs seu currículo de participações em competições e conquistas. Encerrada sua fala, pela ordem, o vereador Pedrinho Pepê sugeriu a formação de comissão suprapartidária para ir até o secretário Paupério. Em comunicação inadiável, o vereador Leandro Guerrilha convidou todos para a Sessão Especial pelo Dia do Radialista, no dia seguinte, às 19h. Em comunicação inadiável, a vereadora Aladilce Souza contou a realização de evento da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher na quinta-feira passada, denominado *Mulheres em Debate*, e explicou que ele passaria a ser realizado periodicamente. O vereador Edvaldo Brito considerou o dia histórico devido à aprovação do novo RI, que, a partir de então, apenas seguiria alguns trâmites procedimentais para vigorar. Disse que o momento era histó-

rico pelo fato de sua elaboração ter contado com a participação de todos e por ele ser a lei interna da Casa, razão pela qual não precisa passar por sanção do prefeito, e declarou todo o seu respeito à Câmara Municipal de Salvador (CMS), lembrando que não há lei sobre o âmbito municipal que essa Casa não possa votar. Em seguida, lembrou que nesse dia tinha início o Congresso Mundial das Santas Casas, sediado na Bahia, e que o evento contaria com a participação de autoridades portuguesas e, também, do deputado federal Antônio Brito. O Senhor presidente Kiki Bispo ratificou as palavras do vereador Edvaldo Brito sobre a CMS. Verificada falta de *quorum*, a Sessão foi suspensa por 15 minutos. Não se restabelecendo o *quorum*, o Senhor presidente Kiki Bispo declarou encerrada a Sessão, antes marcando outra para segunda-feira, à hora regimental. REGISTROS: registros do vereador Toinho Carolino.

PRESIDENTE

1º SECRETÁRIO 2º SECRETÁRIO

EXPEDIENTE DA PRESIDÊNCIA

VEREADOR(A) LICENCIADO(A)	PERÍODO	FUNDAMENTAÇÃO
HENRIQUE CARBALLAL	23/09/2015	Art.18, inciso II, Res. 910/91
LEANDRO GUERRILHA	06/10/2015	Art.18, inciso IV, Res. 910/91

EXPEDIENTE DA DIRETORIA ADMINISTRATIVA

PROCESSOS DEFERIDOS

ASSUNTO: **Licença Especial para Gozo Oportuno**

Cadastro	Servidora	Nº Processo	QUINQUÊNIO
2.023	Beatriz Consuelo Porciuncula de Barros Neta	01675/2015	6º

ASSUNTO: **Licença Especial para Usufruir**

Cadastro	Servidores	Nº Processo	QUINQUÊNIO	Período
9.023	Eunice Reis Zacarias	00620/2015	3º	03/11/15 a 02/12/15 (30 dias)
3.343	Raimundo Jorge Alves dos Santos	01080/2015	5º	01/11/15 a 30/11/15 (30 dias)

ASSUNTO: **Averbação de Tempo de Serviço**

Cadastro	Servidora	Nº Processo
2.008	Miriam de Oliveira Rocha Barreiros	01765/2015

PROCESSOS INDEFERIDOS

ASSUNTO: **Licença Especial para Usufruir**

Cadastro	Servidor	Nº Processo	QUINQUÊNIO
3.364	Romenil Antonio Gonçalves de Alencar	00585/2015	4º

ASSUNTO: **Pagamento Auxilio Alimentação**

Cadastro	Servidora	Nº Processo
6.075	Isabela Garrido Teixeira de Carvalho Santos Fernandes	01315/2015

AVISO DE CONVOCAÇÃO

A Câmara Municipal de Salvador torna pública a seguinte convocação:

SEGUNDA SESSÃO – RESULTADO DA ANÁLISE DO ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA DE PREÇO E ABERTURA DO ENVELOPE Nº 02 – HABILITAÇÃO.
TOMADA DE PREÇO Nº. 01/2015

Objeto: Prestação de serviços de restauração do Paço Municipal compreendendo telhado colonial, das instalações de coleta de águas pluviais e elétricas, parede e forro, com substituição de todo material danificado, conforme as especificações constantes do Edital.

DATA: 07/10/2015
HORÁRIO: 10h00 no horário de Brasília
LOCAL: Rua Ruy Barbosa, Edifício Rio Lima nº 19, 2º andar, Centro, Salvador – BA.

Salvador, 05 de outubro de 2015.

CARLOS ALBERTO FAGUNDES
Diretor Administrativo

No **RESUMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 035/2015,** publicado no DOL de 02/10/2015, pág, 09.

Onde se lê:
CNPJ Nº : 41.984.014014/0006-89

Leia-se:
CNPJ Nº : 41.984.014/0001-74

RESUMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

DISPENSA Nº : 43/2015
PROCESSO CMS : 1481/2015
CONTRATANTE : CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR – CMS
CONTRATADA : B. S. Silva -EPP
CNPJ Nº : 13.327.986/0001-50
OBJETO : Serviços de Lavagem de 10 (dez) tangues.
VALOR TOTAL : R$ 2.950,00 (dois mil novecentos e cinquenta reais)
BASE LEGAL : Art. 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e Parecer da Procuradoria Jurídica de nº 391/2015
DOT. ORÇAMENTÁRIA : 031.20002.200132 -33.90.39
HOMOLOGAÇÃO : 31/09/2015

acesse o portal da Câmara Municipal de Salvador
www.cms.ba.gov.br
www.twitter.com/camarasalvador www.facebook.com/camaradesalvador

O Memorial está aberto à visitação pública e gratuita
de segunda a sexta, das 8h às 12h e das 14h às 18h.



Acesse o Portal da Câmara Municipal de Salvador

www.cms.ba.gov.br

www.twitter.com/camarasalvador

www.facebook.com/camaradesalvador